



Mundo acadêmico perde o talento e o pioneirismo do professor Antonio Paes de Carvalho, referência no campo da Medicina e ícone da Ciência brasileira

SÉRIE MOSTRA O BALANÇO DOS DOIS ANOS DE GESTÃO DA DIRETORIA

Páginas 4 e 5

TODAA PRESSÃO CONTRA

A



O governo Bolsonaro segue pressionando o funcionalismo e tentando destruir o Serviço Público. Por 28 votos a 18, a proposta de reforma administrativa, a PEC 32, foi aprovada na Comissão Especial da Câmara e agora segue para o plenário. Mais do que nunca, é hora de aumentar a pressão, nas ruas e nas redes, contra o projeto. "A PEC 32 é um escândalo. Não é uma proposta para corrigir problemas que nós temos. Ela é uma destruição mesmo", afirma a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. "Para a maioria da população, que depende dos serviços públicos, principalmente nas áreas de Saúde e Educação, é um desastre absoluto", completa.

Páginas 2 e 3



EDITORIAL

A HORA É DE DIZER
NÃO À PEC 32!

DIRETORIA

Se fôssemos um filme, o roteiro da semana que se encerra seria inverossímil, exagerado e caricaturado ao extremo. A participação de Bolsonaro na ONU mais parecia um espetáculo bufônico mal interpretado, com diálogos de péssima qualidade, uma viagem à irrealidade, ou melhor, ao mundo da pós-verdade. Piada de mau gosto, vergonha internacional, vexame diplomático são avaliações dos críticos mais generosos. Mas o verdadeiro filme de horror se desenrolou no Congresso Nacional quando, após alguma dificuldade e adiamentos, a Comissão Especial aprovou o relatório da PEC 32, que destrói o Estado brasileiro. É o preço pago pelo passaporte e a manutenção de Bolsonaro no poder? Para alguns analistas, sim. É uma parte do custo das bravatas do 7 de Setembro. O que explica a manutenção desse celerado na cadeira presidencial? A implantação de medidas altamente antipopulares é o serviço mais importante que a família oferece àqueles que ainda se consideram proprietários das capitâncias hereditárias. A aprovação de uma reforma constitucional dessa magnitude, com um poder destrutivo incomensurável, só pode ser viabilizada por quem já não tem nada a perder, ou está recebendo muito dinheiro para isso (no caso, os deputados). É quase o crime perfeito.

Mas, voltando à metáfora do filme, precisamos entrar em cena e escrever um novo desfecho. Vamos meter a mão nesse roteiro. É chegada a hora de uma grande mobilização nacional para pressionarmos o Congresso de todas as formas. Mais uma vez, o nosso jornal faz uma reportagem consistente sobre o significado das medidas contidas na propalada reforma administrativa. Não há nenhum ganho para a



O COMITÊ FORA BOLSONARO DA UFRJ reuniu-se na quinta-feira (23) para organizar a participação nos atos nacionais contra o presidente convocados para 2 de outubro. O coletivo elencou uma série de ações para ampliar a mobilização: realizar panfletagem no Hospital Universitário e em estações de metrô; procurar os centros acadêmicos da universidade; e fazer uma concentração unificada da UFRJ no dia 2.

sociedade, não há qualquer proteção para quem já está no Serviço Público e, para a população mais vulnerável, ela representará mais desalento e abandono por parte do Estado. A agudeza da crise que enfrentamos não tem paralelo na nossa história. Por tudo isso, precisamos dizer não à PEC 32, integrar o calendário de mobilizações nacionais e gritar Fora Bolsonaro no ato unificado de

2 de outubro.

Estamos vivendo um momento de renovação, com uma nova diretoria eleita para a AdUFRJ, assim como o Conselho de Representantes, num processo histórico, com a mais ampla participação dos docentes. A posse será em outubro. Mas, até lá, trabalharemos juntos para garantir que todas essas questões não fiquem sem resposta. No balanço de perdas e danos, ao menos nesse quesito, temos saldo positivo. O nosso sindicato sobreviveu, cresceu e se renovou. Estamos publicando nessas últimas edições sob a nossa responsabilidade uma avaliação de nossas ações e sua repercussão na vida universitária. Pode ser um lugar comum, mas expressa bem o sentimento que nos domina nesse momento: não conseguimos fazer tudo que gostaríamos, mas fizemos tudo que nos foi possível. E a alegria de entregar uma AdUFRJ com mais sindicalizados, com uma vida cultural apesar das restrições, com as edições semanais ininterruptas do jornal, e também de nosso programa no rádio, enfim, com uma importante história de participação conjunta com as entidades da UFRJ no Formas, nosso Fórum de Mobilização e Ação Solidária, reforçam a esperança de que dias melhores estão por vir.

Sobrevivemos. E estamos prontos para honrar a memória daqueles que perdemos, que se foram precocemente nesses tempos sombrios. Nos próximos meses, estará em risco a universidade e toda a educação pública e o SUS, os órgãos de fomento, o sistema nacional de pesquisa, as instituições públicas que até aqui, ainda que timidamente, conseguiram frear a avalanche de destruição nacional que o atual governo vem promovendo. É verdade que sofremos grandes derrotas, perdemos direitos, a vida se tornou muito mais difícil. Mas o cenário teria sido ainda mais desolador se tivéssemos entregado os pontos. Não vamos parar nem voltar atrás! Foi o slogan que nos moveu quando fomos eleitos, e é ele que permanecerá em nosso horizonte até o último minuto!

ALOJAMENTO VAI
ABRIR NOVAS VAGAS

A reitoria anunciou, na sessão do Consuni do dia 23, a proximidade da abertura de novas vagas no alojamento a partir da conclusão da reforma do bloco B — que sofreu um incêndio em agosto de 2017. A administração central prometeu diálogo na construção do edital. “Estamos prestes a abrir as vagas do bloco B. Essas vagas precisam ser ocupadas de acordo com a legislação em vigor. Nós temos um número enorme de estudantes em vulnerabilidade”, disse o pró-reitor de Políticas Estudantis, Roberto Vieira.

CONSUNI REJEITA RECURSO SOBRE
RETROAÇÃO DE EFEITOS DE PROGRESSÃO

O Conselho Universitário do dia 23 rejeitou, por 26 votos a 13 e três abstenções, um recurso do professor Magno Junqueira, do Instituto de Química, que solicitava a retroação dos efeitos funcionais e financeiros de sua progressão de Adjunto 3 para Associado 4. A banca examinadora analisou a produção acadêmica do docente no período entre outubro de 2015 e outubro de 2017. Mas a Comissão Permanente de Pessoal Docente

(CPPD) definiu 9 de dezembro de 2020, quando o processo foi protocolado, como a data em que passaram a valer os efeitos da progressão. A justificativa da CPPD estaria baseada em um parecer da Procuradoria da UFRJ. E foi reforçada, quando o Consuni alterou a legislação interna sobre progressões, em novembro daquele ano. Só que o pedido do professor começou a tramitar na unidade em junho de 2020.

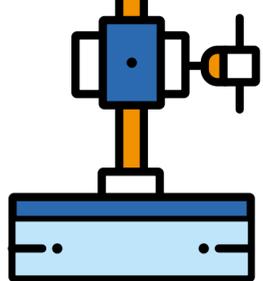
O pleito, apoiado pela AdU-

FRJ, recebeu parecer favorável da Comissão de Legislação e Normas do colegiado. A CLN observou que o direito do professor deveria ser reconhecido, por ter cumprido os requisitos de tempo e de avaliação, mesmo com um pedido feito posteriormente.

No plenário, porém, prevaleceu o ponto de vista apresentado pela pró-reitora de Pessoal, Luzia Araújo, contra a solicitação. A dirigente observou que o Consuni excluiu a possibilidade de mudança retroativa de data de

progressão, em 2020.

Um pedido de vistas interrompeu o debate sobre outro recurso, da professora Valéria Matos, da Escola de Música. Também apoiada pela assessoria da AdUFRJ, a professora requer ser declarada como Adjunto 1 e Adjunto 2 em períodos anteriores aos registrados em sua ficha funcional. A docente também pediu a chamada progressão múltipla até Adjunto 4. O tema deve retornar na próxima sessão do colegiado. (Kelvin Melo)

Comissão aprova
PEC da destruição

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

Dois dias após Bolsonaro tentar vender na ONU um país de ficção, o Brasil real enfrenta mais um duelo com a base governista. A reforma administrativa avançou na Câmara dos Deputados. Por 28 votos a 18, a Proposta de Emenda Constitucional nº 32/2020 passou pela comissão especial criada para avaliar a matéria. A PEC agora segue para apreciação do plenário. E, mais do que nunca, é hora de aumentar a pressão, nas ruas e nas redes, contra o projeto.

“A PEC 32 é um escândalo. Não é uma proposta para corrigir problemas que nós temos. Ela é uma destruição mesmo”, afirma a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. “Para a maioria da população, que depende dos serviços públicos, principalmente na área de Saúde e Educação, é um desastre absoluto”, completa.

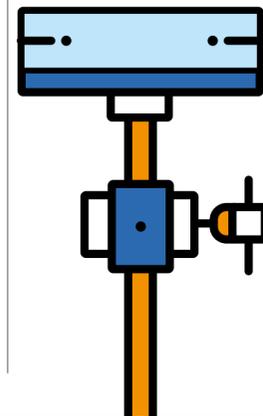
A base bolsonarista na Câmara usou todos os artifícios regimentais para garantir a aprovação da PEC na comissão. O relator da matéria, deputado Arthur Maia (DEM-BA), apresentou sete substitutivos. Três deles nos dois últimos dias de funcionamento do grupo. O governo também articulou para afastar parlamentares insatisfei-

tos com a proposta: oito deputados foram substituídos pouco antes da votação. A indicação dos representantes é uma prerrogativa dos líderes partidários.

Eleonora critica o ímpeto do governo para votar a reforma o mais rápido possível, mas também explica o uso do “trato” na tramitação. “Se a grande maioria da população tiver acesso e compreensão sobre a PEC 32, ela não tem como ser aprovada”, diz.

“Os servidores vieram aqui e foram humilhados, mal recebidos. Estão vendo o Serviço Público ser privatizado; o seu trabalho, precarizado. Mas isso não terminou”, disse o deputado Rogério Correia (PT-MG). O deputado Israel Batista (PV-DF) reforçou: “A votação de hoje vai acender um rastilho de pólvora entre 12 milhões de servidores que não vão esquecer os nomes dos deputados que estão apoiando este texto. Não vamos aceitar a destruição do que foi pensado pelos constituintes deste país para o Serviço Público”.

As preocupações da oposição são pertinentes. O relatório



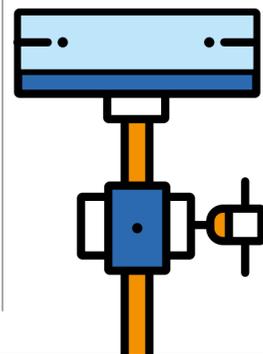
> Reforma administrativa foi aprovada em Comissão Especial e agora vai a plenário. Base bolsonarista fez de tudo para aprovar o projeto que destrói os serviços públicos federais, estaduais e municipais. Professores e especialistas criticam PEC 32

entre a administração pública e empresas para execução de serviços públicos, sem licitação. “Está autorizando que o Estado dê dinheiro para uma empresa privada para entregar serviços que hoje faz por meio de equipamentos próprios”, esclarece Pedro. “Por exemplo, pode fechar uma escola pública e pagar uma escola privada para absorver esses alunos”. O especialista alerta para o fato de que ninguém no governo está pensando no custo da medida. “Vai precisar de gente nos ministérios, secretarias estaduais e municipais para gerir esses instrumentos de cooperação”.

REDUÇÃO DE SALÁRIOS

Mas um dos eixos da PEC, segundo o governo, é fiscal. “Relativo à necessidade de garantir condições orçamentárias e financeiras para a existência do Estado e para a prestação de serviços públicos de qualidade”, diz o texto de apresentação da reforma.

Economista e professor do IPPUR-UFRJ, Daniel Negreiros Conceição discorda do argumento. “Se o governo é o criador da moeda, não há por que ficar



preocupado com a possibilidade de esgotamento das suas fontes de financiamento”, afirma.

Para o docente, o governo fabrica a crise através de regras artificiais, como o teto de gastos. Daniel usa como exemplo os impactos da pandemia na economia. “A arrecadação de impostos, não só do Brasil, colapsou e os governos precisaram gastar muito mais para evitar o desastre total: comprando vacinas, construindo hospitais de campanha, pagando auxílio-emergencial, entre outras despesas”. Somente no ano passado, as despesas além da arrecadação superaram R\$ 700 bilhões. “E o discurso era que o Estado estava quebrado. Mas, durante a pandemia, não dava para sustentar esta mentira. Quando precisou, suspendeu as regras fiscais”.

Uma das alterações previstas no último substitutivo votado na comissão especial da Câmara prevê que os governos poderão reduzir salários dos futuros servidores em até 25% durante momentos de crise fiscal. “Essa é a grande pegadinha. No discurso do governo, já estamos em crise fiscal. E agora vira justificativa para fazer ajuste, inclusive com perda salarial dos servidores”.

“Nenhuma dessas discussões tem base empírica, com estudo cuidadoso, para dizer que o Estado vai ficar mais eficiente. Não vai”, avalia Pedro Pontual. “Com este tipo de enxugamento que está sendo projetado, as chances de piorar a capacidade de atendimento do Estado são altíssimas”.

COMO A REFORMA PODE AFETAR O SERVIÇO PÚBLICO:

ESTABILIDADE

A proposta original do governo acabava com a estabilidade para os futuros servidores ou empregados públicos de todas as carreiras que não fossem consideradas típicas de Estado — havia a dúvida se os professores universitários fariam parte do grupo. O relator da Comissão Especial definiu que professores não são “exclusivos de Estado”, mas manteve a estabilidade para todos. No entanto, introduziu um sistema de avaliação de desempenho que pode levar à perda do cargo até mesmo dos atuais funcionários públicos.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Foi descartado o modelo de “vínculo de experiência” e mantido o estágio probatório. O servidor em cumprimento do estágio probatório terá o desempenho avaliado em ciclos semestrais, e será admitida sua exoneração no caso de resultado insatisfatório em dois ciclos de avaliação. Os

estágios iniciados antes da PEC seguiriam as regras da data de ingresso do servidor.

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O relator da Comissão Especial derrubou uma proposta do governo para criar diferentes vínculos de contratação no Serviço Público. Mas agravou os critérios para contratação de temporários. O parecer diz que uma lei determinará os casos possíveis, mas a PEC não apresenta restrições rígidas. Apesar de classificados como “temporários”, o relator deu prazo de até dez anos para estes vínculos. Pior: a tendência é que as contratações, apontam os especialistas, sejam feitas de forma simplificada, abrindo espaço para o patrimonialismo.

REDUÇÃO DE SALÁRIO

O relator retoma a ideia que tramitou, ainda em 2019, de o governo poder reduzir até 25% do salário dos servidores para atender critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal, com redução proporcional da jornada de trabalho. A medida, além de prejudicar os funcionários públicos, diminuirá a capacidade de atendimento do Estado.

FÉRIAS LIMITADAS A 30 DIAS

A PEC aborja o fim de supostos “privilégios” do Serviço Público. Mas a retirada de direitos não se aplicaria aos servidores do Ministério Público e do Judiciário. Ela atingiria servidores efetivos de qualquer dos Poderes, ocupantes de cargos eletivos

e membros de Tribunais e Conselhos de Contas. Um dos pontos refere-se ao fim das férias com mais de 30 dias, o que afetaria os futuros professores. A lei da carreira garante o direito a 45 dias de descanso.

INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO

A PEC permite à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicos e privados, para a execução de serviços públicos. O mecanismo possibilitaria o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira.



■ O PROGRAMA ADUFRJ NO RÁDIO desta semana recebe os professores Eleonora Ziller e Felipe Rosa, diretores do sindicato, que falam sobre a viagem de Bolsonaro para a Assembleia Geral da ONU e seu discurso na abertura do evento. Outro destaque no programa é a resistência à reforma administrativa do governo: é hora de intensificar a luta contra o projeto. Os docentes também fazem um breve balanço da gestão à frente do sindicato, que encerra o mandato em outubro. O AdUFRJ no Rádio vai ao ar todas as sextas-feiras às 10h, com reprise às 15h.

BALANÇO DA GESTÃO

ADUFRJ SE REINVENTA NA PANDEMIA

SILVANA SÁ E LUCAS ABREU comunicam@adufjr.org.br

Há dois anos, a atual diretoria da AdUFRJ era eleita para comandar o sindicato entre 2019 e 2021. Tomaram posse em 15 de outubro. Vieram as festas de dezembro, as férias de janeiro, o congresso do Andes em fevereiro. No final daquele mês, acontecia o primeiro caso confirmado de covid-19 no Brasil. Em março, cinco meses depois da posse, as aulas presenciais e diversas atividades não emergenciais foram suspensas na universidade. Desde então, foi enorme o esforço de reinventar a atuação sindical em meio remoto. "Eu tinha o sonho de recuperar essa alegria de estar juntos pessoalmente, de retomar eventos, de fazer da AdUFRJ um lugar de encontro para além da atuação sindical. Então, para mim, foi muito traumático fazer um mandato remoto", lamenta a presidente do sindicato, professora Eleonora Ziller.

Diante de uma universidade privada de sua maior riqueza — a diversidade das trocas presenciais entre professores, estudantes, servidores e terceirizados — e de tantas incertezas diante do presente e do futuro, o jeito foi buscar mitigar os prejuízos desse afastamento forçado. "A gente já tinha introduzido as assembleias multicampi, reuniões por Zoom, já falávamos sobre novas formas de luta. E colocamos em prática aquilo que

já vinha sendo amadurecido", analisa Eleonora. Daí surgiram inúmeras iniciativas, como o Formas (Fórum de Mobilização e Ação Solidária), que congrega todas as entidades representativas da UFRJ, o CineAdufjr, o Sextou — Tamo Junto.

"O Tamo Junto foi uma de nossas melhores iniciativas. Foi algo gestado no início da pandemia, em uma tentativa meio improvisada de manter o sindicato funcionando, de manter

as pessoas em contato, mesmo que à distância, e se mostrou esse sucesso estrondoso", avalia o professor Felipe Rosa, 1º vice-presidente da AdUFRJ. "As pessoas esperavam para entrar no Tamo Junto, pediam para que acontecesse. As discussões foram de altíssimo nível e muito diversificadas", orgulha-se o dirigente.

Outra importante ação foi a ampliação do plantão jurídico. Antes da pandemia, os aten-

dimentos dos advogados aos sindicalizados aconteciam às terças e, a cada 15 dias, às sextas-feiras. Desde novembro do ano passado, os atendimentos passaram a ser todas as terças e quintas-feiras, com quatro horas de duração, em vez das tradicionais três horas. "Foi acertada a iniciativa de ampliar esse serviço. A nossa assessoria tem se mostrado bastante eficiente ao longo dos mais de 20 anos em que a AdUFRJ oferece

esse atendimento", elogia Felipe. O fortalecimento do Jornal da AdUFRJ, a criação do programa AdUFRJ no Rádio e as lutas pelos direitos dos professores, como a campanha da insalubridade, também foram pontos importantes da atuação sindical. A associação fez uma série de reuniões com a reitoria para resolver as injustiças cometidas contra muitos docentes que tiveram seu direito ao adicional ocupacional negado ou cortado. Houve campanhas para identificar as pessoas que estavam nessa situação e ações individuais na Justiça. "Desde novembro do ano passado temos realizado reuniões com a reitoria. Houve tendência de mudança na conversa, do ponto de vista daquilo que pode ser resolvido administrativamente, mas os passos são sempre muito lentos", critica o professor Pedro Lagerblad, 1º tesoureiro da atual gestão. "Os avanços substantivos infelizmente estão acontecendo por conta das decisões judiciais".

Nesta edição e nas duas próximas do nosso jornal, você pode conferir em detalhes o balanço dos dois anos de mandato da atual diretoria, com ações que mantiveram a AdUFRJ viva e atuante, apesar da pandemia. (Colaborou Liz Mota Almeida)



SEU ADICIONAL FOI CORTADO? VOCÊ TEM DIREITO AOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE E RADIAÇÃO. A AdUFRJ ESTÁ COM VOCÊ!

VOCÊ TRABALHA EXPOSTO A AGENTES NOCIVOS? VOCÊ TEM DIREITO AOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE E RADIAÇÃO. A AdUFRJ ESTÁ COM VOCÊ!

FORMAS Fórum de Mobilização Ampliada de Solidariedade da UFRJ. Sintufrj, AdUFRJ, APG UFRJ, DCE UFRJ, ATTUFRJ.

FORMAS "De tudo o que a gente fez e participou, o Formas (Fórum de Mobilização e Ação Solidária) foi a coisa mais bacana. Destaco a maturidade da garotada e a força das mulheres na condução da maioria das

entidades. Foi crucial essa unidade, principalmente no início da pandemia", avalia a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. O fórum reúne as entidades representativas da universidade: AdUFRJ, Sintufrj, DCE, APG e ATTUFRJ.



O lançamento ocorreu no dia 4 de maio do ano passado. "Estávamos num momento de perplexidade, as pessoas muito vulneráveis. Quando fizemos a proposta, todo mundo abraçou", conta Eleonora.

Para a dirigente, a coesão do grupo foi fundamental, não só para atuar nas ações de solidariedade, como também para custurar assuntos importantes, como o início do ensino remoto e a defesa da universidade, quando chegou o anúncio de que a UFRJ precisaria fechar as portas em julho, por falta de orçamento. "Os estudantes decidiram ir para a rua, para o Largo do São Francisco, e todas as entidades estavam presentes. Ali se consolidou a construção de um ano anterior inteiro. Foi um momento de unidade muito poderosa, que impulsionou para o ato nacional de 29 de maio".

INSALUBRIDADE Em setembro do ano passado, o STF decidiu que os servidores podem converter em tem-

po comum o tempo especial trabalhado sob condições de risco à saúde. O fator de multiplicação varia de acordo com o adicional recebido. A partir disso, a AdUFRJ iniciou um movimento para identificar os professores que, apesar de terem direito aos adicionais, tinham seus pedidos negados. A campanha foi lançada no dia 23 de novembro. No mesmo mês, aconteceu a primeira reunião entre a diretoria e a reitoria para resolver o problema pela via administrativa. "É errado a universidade não dar a insalubridade, sequer parcial, alegando que não há condições de medir os elementos químicos nocivos. Também não aceitamos a nossa perícia técnica. Há erro de avaliação inclusive porque pessoas tiveram o direito negado mesmo trabalhando com elementos cuja medição quantitativa não é necessária", reclama o professor Pedro Lagerblad, diretor da AdUFRJ. "Entregamos a listagem há um mês, com cerca de 60 pessoas que têm direito, mas não recebem, e ainda não tivemos retorno. Por enquanto, as ações na Justiça estão sendo encaminhadas individualmente. Mas, se essa morosidade continuar, não vejo outra alternativa a não ser a AdUFRJ entrar com uma ação coletiva".

TAMO JUNTO

Ainda nas primeiras semanas da pandemia, como forma de manter o sindicato ativo durante o isolamento social, surgiu o "Sextou - Tamo Junto", um bate-papo virtual entre os professores da UFRJ. Foram 28 encontros, desde março do ano passado, com temas ligados às áreas de Política, Educação, Saúde, Música e História, entre outros. A iniciativa ficou ainda mais atraente quando as conversas passaram a ter um professor como "puxador de conversa".

"Acho que foi um sucesso em qualquer aspecto que possa ser mencionado. E isso graças a um investimento relativamente módico: uma certa or-

ganização, e contando com o capital humano da UFRJ, que é gigantesco", avalia o professor Felipe Rosa, 1º vice-presidente da AdUFRJ. Para ele, o "Tamo Junto" foi uma das mais bem-sucedidas ações de gestão. "Conseguimos um resultado melhor do que esperávamos, uma iniciativa que funcionou muito bem para manter o nosso sindicato coeso e vibrante", afirma.

PLANTÃO JURÍDICO

A oferta do atendimento jurídico remoto, pelo Zoom, foi ampliada na atual gestão, assim como o tempo mensal de atendimento, que passou de 18 para 32 horas. A medida teve bons resultados. O número de professores atendidos cresceu 45%: hoje, entre 60 e 65 professores são atendidos por mês, em média, sem contar os atendimentos feitos diretamente por e-mail.

Na avaliação da diretoria, o aumento da procura foi um reflexo da facilidade de conseguir o atendimento remoto. "Disponibilizar o serviço online durante a pandemia foi essencial", conta Felipe Rosa. "O atendimento jurídico é um dos principais ativos que temos, uma das principais funcionalidades do sindicato que os associados procuram", explica. Para Felipe, o acerto da medida deveria ficar de exemplo para as próximas gestões do sindicato. "Se eu puder dar uma sugestão, seria a de manter parte do atendimento online, mesmo quando houver uma volta ao presencial. Ou fazer o atendimento presencial em mais de um lugar", propõe.

CINEADUFRJ

A primeira sessão do CineAdUFRJ aconteceu no dia 29 de abril de 2020, com a exibição do filme "Sorry we missed you", seguido de debate. Desde então já foram realizadas 23 sessões. A próxima será no dia 30, com o tema "Infodemia, fake news e sociedade". Os principais temas abordados foram racismo e democracia,

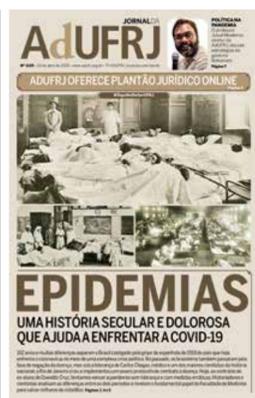


com cinco edições reservadas à discussão; a questão do direito à cidade, abordada em duas sessões; e fascismo no cinema, também com duas sessões.

A ideia surgiu como forma de unir a atuação sindical a uma experiência cultural e política. "Há um grupo de extensão que eu coordeno, o Grupo de Educação Multimídia, então propomos uma parceria com os alunos", conta Eleonora Ziller. A iniciativa cresceu e envolveu outros atores. "Em geral, se discute nas próprias sessões os temas das próximas, as pessoas vão propondo coisas. Deixou de ser um projeto da diretoria". Professores de diferentes áreas e cineastas especializados em variados temas já participaram do CineAdUFRJ. No site do projeto (www.grupodeeducacaomultimidia.com.br/cine-adufjr) estão listadas todas as sessões e filmes. "Acabou se criando um curso de cinema contemporâneo. Espero que frutifique", deseja a professora.

ANDES

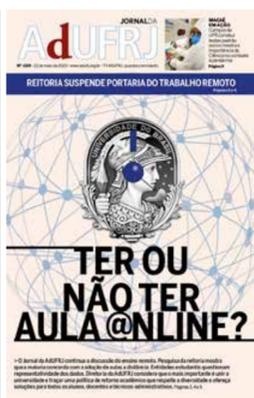
A relação com o sindicato nacional se estreitou no último período. A AdUFRJ esteve presente em todos os congressos e Conads ocorridos desde o início de 2020. "A gente se comprometeu que a AdUFRJ sempre tivesse uma delegação representativa dos movimentos da UFRJ", afirma a professora Eleonora Ziller. "É



importante destacar a postura da Rivânia (Moura, presidente do Andes) e do Markos (Klemz, da Regional Rio) na busca do diálogo. Temos uma relação mais próxima, mais colaborativa", sublinha Eleonora. "Mesmo a gente tendo apoiado uma chapa de oposição, isso não se transformou num problema. Somos uma representação que integra uma das maiores ADs do país e a relação com o Andes melhorou muito".

JORNAL DA AduFRJ

A diretoria também decidiu fortalecer o jornal nesse período. Desde a posse da atual gestão foram editados 95 jornais, sendo 78 de modo remoto, desde que a pandemia começou, com a mesma regularidade de antes e ainda mais conteúdo. "Era preciso dar mais força para nosso jornal. Nossa categoria tem mais idade e é muito marcada pelo papel do jornal na formação das pessoas", avalia Eleonora Ziller. "A pandemia transformou o jornal numa linha que liga a UFRJ e teve papel fundamental quando até o Conselho Universitário estava sem se reunir. Esse foi um período histórico. A vida da universidade, os impasses da pandemia, há um relato bem diversificado no nosso jornal. Quando tentarem entender o que foi a pandemia na universidade, o Jornal da AdUFRJ vai ser uma fonte muito preciosa".



ELEIÇÕES >> AdUFRJ

CONSELHO DE REPRESENTANTES APROVA RESULTADO DA ELEIÇÃO DA ADUFRJ

O Conselho de Representantes da AdUFRJ homologou o resultado das eleições para a diretoria do Sindicato e para a escolha dos novos conselheiros. Foram 28 votos favoráveis ao relatório da Comissão Eleitoral e cinco contrários. O documento da Comissão indica o reconhecimento da vitória da chapa 1 no pleito ocorrido entre 13 e 15 de setembro. A chapa 1 obteve 967 votos contra 633 da chapa 2.

O relatório da comissão também recomenda que os novos conselheiros eleitos conduzam um processo de auditoria sobre as eleições deste ano. Foi a primeira vez na história da entidade em que a eleição ocorreu de maneira remota. No segundo dia

de votação, um erro de procedimento paralisou a eleição por dez minutos e tornou disponível o resultado parcial para quem, por meio de senha própria, estivesse acessando o sistema naquele momento. Por maioria, a Comissão Eleitoral entendeu, na ocasião, que a falha não gerou contaminação do processo eleitoral, nem alteração do resultado e manteve a continuidade do pleito.

Durante a reunião de quinta-feira, 23, a candidata a presidente pela chapa 2, professora Cláudia Piccinini, da Faculdade de Educação, leu carta defendendo que “o sistema utilizado nas eleições não garantiu a inviolabilidade das urnas, já que permitiu o en-

cerramento precoce do pleito e a visualização do resultado parcial”. O documento da chapa também informava que a Justiça do Trabalho deferiu pedido para “preservação dos dados, documentos e informações sobre o processo eleitoral”.

A docente solicitou, ainda, que o Conselho não aprovasse o resultado das eleições, mantendo o pleito suspenso até o final da auditoria. Por ampla maioria o pedido de suspender o resultado foi negado.

Representante da chapa 1 e presidente eleito da AdUFRJ, o professor João Torres, do Instituto de Física, alegou que o problema ocorrido no dia 14 de setembro foi técnico e que sua chapa não teve

qualquer relação com o episódio. Ele criticou a postura dos opositores que apontavam as falhas no sistema. “Houve um erro, mas erros podem acontecer em eleições presenciais também. O primeiro botão apertado não abria o resultado, apenas parava a eleição e mostrava um outro botão. Era preciso apertar esse outro botão para saber o resultado”, disse. “Integrantes da chapa 2 apertaram o botão, tiveram acesso ao resultado e causaram um problema que, agora, a própria chapa reivindica. Eu não acessei nenhum botão e não acessaria algo que não fosse da minha competência acessar”, afirmou.

No encerramento da reunião a presidente da AdUFRJ, pro-

fessora Eleonora Ziller, agradeceu o empenho de todos na condução do processo eleitoral e sublinhou a convergência da decisão dos conselheiros com o indicado pela Justiça do Trabalho. “Entendemos que estamos cumprindo aquilo que de fato deve acontecer, já que não houve encaminhamento, pela Justiça, da suspensão do processo eleitoral”, afirmou. Em seguida, a dirigente conclamou à unidade dos docentes da UFRJ. “Desejo serenidade e força para enfrentar de forma unificada os nossos inimigos declarados. Nosso inimigo está no Palácio do Planalto. O inimigo da ciência, do conhecimento, da cultura, da arte e da alegria”. (Silvana Sá)

VEJA A LISTA DOS CONSELHEIROS ELEITOS

UNIDADE	TITULAR	SUPLENTE
Centro Multidisciplinar de Macaé	Lais Buriti de Barros	Rita Cristina Azevedo Martins
Colégio de Aplicação	Thais da Costa Motta Rocha	Thayná Marracho Marques
Colégio de Aplicação	Simone de Alencastre Rodrigues	
Colégio de Aplicação	Lorena Bolsanello de Carvalho	
COPPE	Leda dos Reis Castilho	Frederico C. Jandre de Assis Tavares
COPPE	Edson Hirozaku Watanabe	Argimiro Resende Secchi
COPPE	Marcello Luiz Rodrigues de Campos	Albino José Kalab Leiroz
Escola de Comunicação	Ivan Capeller	Fernando Salis
Escola de Comunicação	Luanda Dias Schramm	Jonas Federman
Escola de Educação Física e Desportos	Marcelo Paula de Melo	Michelle Pereira de S. da Fonseca
Escola de Educação Física e Desportos	Renato Mendonça B. da Silva	Luciana M. M. Peil
Escola de Música	Maria das Graças dos Reis José	
Escola de Química	Alexandre de Castro Leiras Gomes	Caetano Moraes
Escola de Serviço Social	Cézar Henrique M. Coelho Maranhão	Mathias Seibel Luce
Escola de Serviço Social	Aline Caldeira Lopes	Sara Granemann
Escola Politécnica	Eduardo de Miranda Batista	Lavinia Maria S. Alves Borges
Escola Politécnica	Luiz Eduardo Azambuja Sauerbronn	Nisio de Carvalho Lobo Brum
Escola Politécnica	Eduardo Gonçalves Serra	
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	Sylvia Meimaridou Rola	
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	Claudio Rezende Ribeiro	
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	Eunice Bonfim Rocha	
Faculdade de Educação	Roberto Marques	Enio José Serra dos Santos
Faculdade de Educação	Marinalva Silva Oliveira	Alessandra Nicodemos
Faculdade de Educação	Jorge Ricardo Santos Gonçalves	Monica Pereira dos Santos
Faculdade de Farmácia	Ivana Correa Ramos Leal	Flavia Almeida do Carmo
Faculdade de Farmácia	Heitor Affonso de Paula Neto	David Majerowicz
Faculdade de Letras	Tatiana Oliveira Ribeiro	
Faculdade Nacional de Direito	Julia Ávila Franzoni	
Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade	Jackson de Souza Menezes	Daniel Basilio Zandonadi
Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho	Claudia de Alencar Santos Lage	Marcia Alves Marques Capella
Instituto de Biologia	Christine Rutar	Sergio Potsch de Carvalho e Silva
Instituto de Biologia	Gisela Mandali de Figueiredo	Maria Beatriz B. de Barros Barreto
Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis	Pedro Lagerblad de Oliveira	Jacqueline Leta
Instituto de Ciências Biomédicas	Sandra Konig	
Instituto de Economia	Victor Prochnik	
Instituto de Economia	Wilson Vieira	Jaime Ernesto Winter Hughes Leon
Instituto de Estudos de Saúde Coletiva	Ligia Bahia	
Instituto de Física	Felipe Siqueira de Souza da Rosa	Henrique Boschi Filho
Instituto de Física	Thales Agrícola Calixto de Azevedo	Luca Roberto Augusto Moriconi
Instituto de Macromoléculas	Bluma Guenther Soares	Luciana Spinelli Ferreira
Instituto de Matemática	Monique Robalo Moura Carmona	Gastão Coelho Gomes
Instituto de Matemática	Monica Moulin Ribeiro Merkle	Paulo Goldfeld
Instituto de Psicologia	Fernanda Glória Bruno	
Instituto de Química	Monica Ferreira M. Carvalho Cardoso	
Instituto de Química	Alexandre Guedes Torres	
Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos	Livia Gimenes Dias da Fonseca	

Professor Paes de Carvalho: uma vida dedicada ao saber

> Falecido no último dia 17, o médico, docente e pesquisador Antonio Paes de Carvalho foi um defensor ferrenho da educação pública e cientista pioneiro no campo da Eletrofisiologia Cardíaca

KIM QUEIROZ
comunica@adufrrj.org.br

Um cientista pioneiro, determinado e atencioso. A vida e a carreira do professor Antonio Paes de Carvalho, que faleceu no último dia 17, aos 86 anos, compõem uma trajetória de profunda dedicação ao saber. Carioca, docente, pai, avô, pesquisador e empreendedor, o “professor Paes de Carvalho”, como era mais conhecido entre colegas e alunos, entrou em 1954 na turma de Medicina da então Universidade do Brasil, a atual UFRJ. Nesse mesmo ano, foi convidado a trabalhar como estagiário do Instituto de Biofísica pelo professor Carlos Chagas Filho, seu primeiro orientador.

“Quando o doutor Carlos Chagas Filho percebia a capacidade de um aluno, ele puxava para o seu laboratório, e o Paes de Carvalho foi um desses discípulos”, conta Nelson de Souza e Silva, professor emérito da Faculdade de Medicina da UFRJ. Em 1960, Nelson foi aluno de Paes de Carvalho, que tinha se formado no ano anterior. Na época, o mestre já era reconhecido mundialmente, principalmente pela publicação na revista *Nature* de um estudo sobre Eletrofisiologia Cardíaca. “Ele já estava desenvolvendo pesquisas de ponta, e não à toa se tornou um dos maiores cientistas brasileiros nessa área”, acrescenta. Com apenas 30 anos, Paes de Carvalho tomou posse como membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Amigo e parceiro de Paes de Carvalho em diversas realizações, Nelson ressalta o papel do professor na criação do curso de pós-graduação em Cardiologia, um dos primeiros no Brasil. Em 2003, participaram juntos da criação do Instituto do Coração Edson Saad (ICES). “Ele, já como professor emérito, fez parte do Conselho Deliberativo do instituto até os seus últimos dias, trabalhando e contribuindo conosco mesmo aposentado”, destaca Nelson.

CIÊNCIA E FAMÍLIA

Ao lado do amor inesgotável pela Ciência também se destacou o amor pela família. Do casamento de mais de 50 anos com a geógrafa Gilda Montenegro nasceram Monica e Isabella, que deram ao casal os netos Sophia e Nicholas (de



Monica) e Gabriel (de Isabella). A primogênita entende que ser professor era próprio da natureza do pai. “Ele sempre foi muito interessado em ouvir o que a gente tinha pra falar, o que a gente queria saber, as nossas curiosidades”, aponta Monica. Segundo ela, Paes de Carvalho tinha em si o hábito de transmitir conhecimento, especialmente para crianças e jovens. “Às vezes, a gente estava no jardim e ele mostrava uma flor, explicava como ela se reproduzia, ou então mostrava as constelações, ou como a evaporação transforma a água do rio em chuva”, lembra.

Esse jeito agradável e didático de se expressar é recordado por muitos colegas. Professor titular do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ, Jerson Lima, presidente da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), foi seu aluno, e guarda até hoje a memória dele como uma figura inspiradora, de voz grave, calma e clara. “Ele sempre foi uma pessoa com ideias à frente do tempo”, afirma. Sua visão de mundo chamava a atenção de outros cientistas. “Considero o professor Antonio um visionário. E mesmo frente às muitas dificuldades que enfrentou num país tecnologicamente imaturo e burocrático como o Brasil, não o vi se render”, descreve Daniela Uziel, professora da Faculdade de Farmácia e coordenadora de Inovação do Centro de Ciências da Saúde (CCS).

Precursor nas áreas que atuou, Paes de Carvalho fomentou diversos projetos de inovação científica. Dentre eles, Daniela destaca a criação da Fundação Bio-Rio, responsável pelo Polo de Biotecnologia do Rio de Janeiro. “O Polo foi inaugurado em 1988 para ser o primeiro parque tecnológico da América Latina na área de



Biocologia. Nessa época, não se falava em empreender na universidade”, comenta. Por perceber o enorme potencial da Ciência brasileira, Paes de Carvalho trabalhou em prol do desenvolvimento médico-científico dentro e fora da academia. Isso o levou a fundar, em 1998, a Extracta, empresa especializada na descoberta e otimização de novas drogas a partir de extratos da flora brasileira. “A utilização desse patrimônio genético e biotecnológico da nossa biodiversidade é muito importante para ser aplicada como solução dos problemas de saúde”, ressalta Bruno Diaz, diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF).

No instituto, onde foi diretor de 1980 a 1985, um laboratório carrega seu nome: o Laboratório de Eletrofisiologia Cardíaca Antonio Paes de Carvalho (LEFC). Bruno lembra de outra homenagem do IBCCF ao professor: a série ‘Palestras de Empreendedorismo Antonio Paes de Carvalho’. A iniciativa foi uma forma de reconhecer a personalidade influente e inovadora do docente, que foi o primeiro coordenador de pós-graduação da unidade. “Nós brincamos que bastou a sua caligrafia para ele ser selecionado pelo professor Carlos Chagas Filho, porque a caligrafia dele era realmente impecável”.

A história do professor Paes de Carvalho se entrelaça com a própria UFRJ. Entre 1971



e 1972, exerceu a sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, o equivalente hoje à pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2). Com o começo da abertura política, Paes de Carvalho participou da fundação da AdUFRJ, em 1979. Nos anos seguintes, ele foi um interlocutor importante no processo de eleição do professor Horácio Macedo, primeiro reitor eleito pela comunidade da UFRJ, em 1985. “Ele foi um dos mais importantes fiadores do processo de redemocratização da UFRJ”, recorda a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller.

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

Durante sua vida, o professor defendeu a universidade pública e a educação como elementos essenciais para o progresso da nação. “Ainda em vias de desenvolvimento, somos um país em que a pesquisa básica parece-nos hipertrofiada porque praticamente inexistente a pesquisa aplicada”, declarou ele em seu discurso de posse na Academia Nacional de Medicina (ANM), em 1981. Isabella, sua filha mais nova, conta que o pai recusou diversas propostas para morar, trabalhar e lecionar no exterior. “Isso nunca passou pela cabeça dele, porque tudo que ele aprendia na pesquisa lá fora ele queria trazer pro Brasil”, afirma.

Nascido em 13 de junho de 1935, Antonio era filho de Pedro Paulo, médico cirurgião, e Maria Carlota, braço direito do ma-

rido no Instituto Cirúrgico Paes de Carvalho, um dos melhores hospitais do Rio nos anos 1930. Educado e inspirado por esses exemplos familiares de amor à Medicina, Paes de Carvalho é descrito pelas filhas como um homem culto e estudioso, pai carinhoso e sempre presente. “Eu lembro que ele me levava para a escola e a gente ia escutando Rita Lee, que ele gostava muito. E ele dirigia cantando as músicas dela”, conta Isabella.

Outra marca do seu cotidiano era o zelo pela saúde. Vivia disposto a caminhar, fazer trilhas ou jogar tênis com o neto. “Ele fazia questão de praticar esportes diariamente. Quando a gente morava na Zona Sul, ele jogava vôlei na praia todos os dias, bem cedinho”, afirma Isabella. Habitudo a dormir pouco, Paes de Carvalho passava a maior parte do tempo entre o trabalho e o estudo. “Ele adorava desafios, e sempre dizia que nós somos capazes de fazer qualquer coisa. Por exemplo, juntos nós construímos uma casa de cachorro, um veleiro em miniatura e outras coisas. O hobby dele era ser um professor”, ressalta Monica.

Uma moção de pesar do Consuni, no dia 23, mostrou o reconhecimento à trajetória de Paes de Carvalho. “O exemplo de excelência e dedicação à vida acadêmica desse brilhante professor continuará sendo grande fonte de inspiração para todo o corpo social do CCS”, diz a nota.

Paulo
Freire

100
anos



HIP
PERTT.

“

O meu sonho fundamental é o sonho pela liberdade, que me estimula a brigar pela justiça, pelo respeito do outro, pelo respeito à diferença”